

Aproximação entre os países dos BRICS: uma análise comparativa da relação entre Brasil e Rússia

Approach among BRICS countries: a comparative analysis of the relation between Brazil and Russia

Ariovaldo Alves Cruz de Figueiredo*

Resumo

Este estudo tem como intuito abordar, por meio de fontes oficiais e artigos científicos da área de política internacional, os aspectos das relações internacionais no que concerne o grupo de cooperação informal formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, conhecido, por meio de definição criada por Jim O'Neil, como BRICS. O surgimento dos BRICS em 2001 veio para caracterizar países com economias emergentes no cenário internacional com semelhanças econômicas e possuidores de dinâmicas semelhantes. O enfoque dado aqui é sobre a superação do conceito inicial dos BRICS e sua abrangência atual, além das relações entre os países que o compõem, ressaltando a construção da política externa da Rússia no período pós-soviético e como essa conecta pontos de interesse com a política externa adotada pelo Brasil nesse cenário de integração surgido entre os cinco países.

Palavras-Chave: Brasil. Influência regional. Potência. Regiões. Rússia.

Abstract

This research suggests aspects of international relations through official sources and scientific articles in the foreign policy area on the informal cooperation group composed by Brazil, Russia, India, China and South Africa, known through definition created by Jim O'Neil, as BRICS. The emergence of the BRICS in 2001 came to characterize countries with an emerging economy in the international arena with economic similarities and similar dynamic owners. The approach taken here is in relation to overcoming the initial concept of BRICS and its current scope. Therefore, in this sense, the research analyzes the relations between these countries, emphasizing the construction of Russia's foreign policy in the post-Soviet period and how it has been connected to Brazilian foreign policy interests in this arisen integration scenario among the five BRICS countries.

Keywords: Regulatory Impact Analysis. International Trade. Lobby. Governmental Relations.

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: figueiredoariovaldo@gmail.com.

Introdução

Em uma análise pós-Guerra Fria, o cenário encontrado é de uma bipolaridade enfraquecida, surgindo uma superpotência global representada pelos Estados Unidos da América tanto em termos econômicos e políticos, como também em tamanho de potencial bélico. Por conseguinte, há a descida de categoria em grau de influência no âmbito internacional por parte da Rússia. A influência russa, que era exercida globalmente, torna-se mais regionalizada – com uma incapacidade de obter retorno ao papel de potência global em um período curto ou médio de tempo – sendo esse Estado uma potência regional¹ ou, em outra denominação, uma grande potência² (BUZAN; WÆVER, 2003).

As mudanças advindas do fim da bipolaridade afetaram diretamente as agendas internacionais, implicando em reordenamentos necessários por parte dos países asiáticos e ocidentais em relação às suas políticas e estratégias, ainda mais devido à perda de alianças como Pacto de Varsóvia, tratados bilaterais e de cooperação mútua, estruturas com antigos aliados e o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (JULIÃO, 2009; ZHEBIT, 2003).

O papel russo é uma constante dúvida no que diz respeito ao seu pertencimento ao bloco dos BRICS, visto o grau de influência que o país continua tendo nos assuntos internacionais, bem como o histórico de superpotência – algo jamais presenciado por China, Brasil, África do Sul ou Índia no sistema internacional. Os argumentos muitas vezes utilizados (e a serem tratados no decorrer deste trabalho) são o do surgimento de uma articulação capaz de mudar a atual estrutura do sistema internacional; além dos possíveis interesses da Rússia em relação ao demais países por trás do acrônimo e como essa relação mais próxima poderia trazer benefícios particulares a seu Estado (PANOVA, 2015).

1. Para Barry Buzan e Ole Wæver (2003, p. 491), potência regional é “um ator que conta com a estrutura de polaridade de um complexo de segurança regional”, ou seja, é o poder surgido em determinado limite territorial em que há liderança e grau de influência da potência sobre os demais Estados.

2. Em *Regions and Powers: The Structure of International Security* (2003, p. 35), Buzan e Wæver definem grande potência – sob a ótica dos potenciais militares, econômicos e políticos – a possibilidade de emersão dessa potência a uma superpotência no curto ou médio prazo, algo que é mais dificultoso para potências regionais, por não possuírem os níveis de capacidade muito desenvolvidos. A Rússia se insere em ambas denominações pelo fato de ser central no Complexo de Segurança Regional Pós-Soviético delimitado pelos autores e também é uma grande potência por ter sido uma superpotência anteriormente.

Sobre essa ótica, torna-se importante ressaltar as mudanças em relação ao conceito inicial dos BRICS, baseado apenas na temática econômica e seus desdobramentos. Diante disso, análise a ser feita em relação ao Estado russo repousa nos debates de política internacional: em como as mudanças ocorridas na política externa no período seguinte ao desmantelamento da União Soviética; a relativa perda da influência global da Rússia no período pós-soviético ao tornar-se uma potência regional (ou também denominada grande potência); a conceituação e caracterização do que seriam as potências regionais e o porquê da Rússia inserir nesse patamar, assim como as relações russas, seja na região em que está inserida ou em diferentes graus de cooperação, terminam por ressonar nos BRICS e no Brasil, nesse cenário. Para mais, há a proposta de engendrar semelhanças e diferenças entre as políticas da Rússia e do Brasil em determinados assuntos debatidos no âmbito do BRICS.

Desenvolvimento

Partindo de uma observação do desenvolvimento das atividades no panorama internacional em relação à queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a construção da Rússia, como também do arranjo hegemônico dos Estados Unidos, o sistema internacional sofreu alterações significativas desde o fim da Guerra Fria. Por meio de uma análise teórica, há a situação de multipolaridade³, advinda de vários polos de poder, representados pelas potências regionais e suas áreas de influência, como também por uma unimultipolaridade⁴, aonde se tem uma potência que se destaca em determinado – como no caso dos Estados Unidos no caráter militar –, porém existem outros Estados que se destacam em outros setores de maneira competitiva ou similar – caso econômico chinês em comparação à União Europeia e o Japão (BANDEIRA, 2009).

No caso russo, há uma constante dúvida sobre qual papel poderia ser assumido por esse Estado e qual o papel pretenderia fixar no arranjo contemporâneo mundial. Poderia continuar ele sendo um contrapeso para a hegemonia estadunidense mesmo

3. Para teóricos como o neorrealista Kenneth Waltz (1979), o mundo multipolar é aquele formado por mais de uma grande potência.

4. Para Heloíza Feltrin Bandeira (2009), pode-se entender unimultipolaridade como o fato de “haver uma potência que se sobressai em alguns setores importantes, como o militar no caso dos EUA, vários outros centros de poder devem ser considerados para que se tenha uma aproximação mais verossímil da configuração do sistema internacional”.

após o enfraquecimento resultante do fim da União Soviética? Ou estariam os russos mais preocupados em estabelecer uma influência fortificada na região em que estão inseridos, buscando apoio em potências emergentes e regionais para formar um bloco baseado na multipolaridade?

Mesmo sem a influência mundial tida anteriormente, a Rússia continua sendo “importante no jogo político internacional” (BANDEIRA, 2009). A importância do Estado russo no cenário internacional pode ser dar, por meio dos termos militares, devido ao histórico russo em guerras mundiais de maneira incontestável e participativa e todo o aparato tecnológico relacionado a essa categoria; como também pelo seu posicionamento territorial que o favorece geopoliticamente à sua proximidade a diversos pontos da Ásia e da Europa; suas riquezas nacionais (petróleo e gás, minerais) e de seu assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que implica no rumo de decisões importantes no âmbito da organização internacional citada (JULIÃO, 2009).

Sobre a sua participação pós-soviética no Ocidente, o vetor ocidental da política externa da Rússia repousa nas alianças e cooperações ocidentais para garantir de maneira segura suas posições no cenário internacional, trazendo reforço para os pilares econômico, estratégicos e financeiros incorporados naquela região. Essa concepção está fortemente associada com o relacionamento russo com a Europa Ocidental, como com o antigo rival da Guerra Fria, os Estados Unidos (ZHEBIT, 2003).

Em meados dos anos 2000, devido a acontecimentos geopolíticos como a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o Leste, o incentivo ao entusiasmo geoestratégico ocidental na região ucraniana e do Cáucaso e a intervenção por parte da OTAN na Iugoslávia, mesmo sem a autorização advinda do Conselho de Segurança acenam para uma possível fraqueza da Rússia perante as vontades dos cooperados ocidentais. Esse comedito por parte russa ao que diz respeito à atividade ocidental – por ausência de alternativas – era justificado pela debilidade econômica, o Estado enfraquecido, a forte presença do Ocidente em suas finanças, fazendo com que a atuação autônoma do Estado tornasse cada vez mais dificultosa (ZHEBIT, 2003).

[...] as relações com os Estados Unidos ou com a União Europeia devem ser vistas através do prisma de parceria estratégica com o Ocidente, que significaria a identificação dos interesses nacionais

russos com os interesses e valores comuns da comunidade estratégica ocidental, principalmente a Otan, e que, apesar das divergências circunstanciais, continuam sendo compartilhados. (ZHEBIT, 2003, p. 159).

Sobre a relação Rússia e Estados Unidos, até no governo Clinton, os dois Estados obtinham uma relação positiva. Essa relação positiva pode ser observada também no governo Bush e Putin após os ataques terroristas de 2001. Com a Guerra do Afeganistão, iniciada em 2001 e sendo o primeiro passo dado à guerra ao terrorismo, Putin conseguiu trazer a Rússia para um posto de grande aliança com os Estados Unidos no combate ao terrorismo, tendo uma posição ativa nessa campanha internacional, indo de encontro com as estratégias russas contrárias às “ameaças do fundamentalismo islâmico para sua segurança interna e integridade territorial”, sendo de suma importância para a coalizão internacional nessa agenda (ZHEBIT, 2003).

Mudanças e instabilidades políticas ocorridas no plano da política externa russa podem ser observadas por meio das alterações sofridas em sua doutrina militar, já que esse documento representa, no caso da Rússia, as decisões governamentais que terão peso fundamental com o aspecto da inserção militar, característica essa de grande valor para a ingerência da Rússia no cenário internacional. Em 2000, no primeiro mandato de Putin, a doutrina militar permitiria ao Estado russo a iniciação de um ataque nuclear, podendo esse ser o primeiro a promover um lançamento nuclear, isso, segundo Freire (2011), há a superação da política externa em fase de moldes idealistas encontrados no decorrer do que foi escrito em 1993, deixando de lado a palavra “risco” e substituindo-a pelo termo anteriormente utilizado: “ameaças”. Sendo assim, essa alteração sofrida nesse ano assinala a resposta à expansão da OTAN – adesão da República Tcheca, Hungria e Polônia (ZHEBIT, 2003).

No ano de 2010, com mais uma alteração na doutrina militar, agora na presidência de Medvedev, a Rússia prioriza as vias diplomáticas, do Direito e políticas para a resolução de conflitos, defendendo seus interesses nacionais. Em relação à doutrina de 2000, permanecem as bases dessa. Novamente, a OTAN entra como influência de estruturação do documento, desta vez como sendo o principal perigo de guerra no âmbito externo. Para mais, alertam para possíveis sistemas antimísseis que possam ser estabelecidos, ferindo o equilíbrio de forças e agitando a calmaria mundial, além

da OTAN, o terrorismo internacional e as reivindicações de território vindas de maneiras contrárias à Rússia são tidos como um perigo. O planejamento de rearmamento russo, iniciado em meados de 2011, justificava-se a partir da garantia da segurança nacional do país a qualquer ameaça em potencial que surgisse. Os Estados Unidos, frente a essas declarações, inicialmente, valeram-se da soberania do Estado russo de poder se proteger, porém, como no caso da Crimeia, foram enviados armamentos estadunidenses, em 2015, para conter a Rússia na região dos Estados Bálticos (Lituânia, Estônia e Letônia, três repúblicas anteriormente integrantes da URSS – hoje membros da União Europeia e OTAN) (BANDEIRA, 2009; PETROVSKIY, 2010; QUADROS, 2010).

A decadência da trajetória de parceria entre os Estados Unidos e a Rússia, fortificado durante a década de 1990, é grandiosamente enfraquecido em 2014 com a reformulação da doutrina militar mais uma vez, estando a Rússia voltada contra os Estados Unidos e a OTAN, estando baseada em uma resposta à influência da atual superpotência na região ucraniana e, por conseguinte, na crise que se prolonga. Juntamente com a instituição em território europeu do sistema de defesa antimísseis estadunidense, retornam como ameaças principais à segurança nacional do país (FERNÁNDEZ, 2014).

O Estado russo não é possuidor de problemas de segurança em seu âmbito doméstico na mesma intensidade do que no âmbito regional e internacional, mesmo assim, torna-se importante para o entendimento da dinâmica regional a qual está inserido. Os problemas domésticos tidos são o de conexão entre o caráter regional e internacional da Rússia em suas ações – problemática da identidade estatal, gerando dificuldade no reconhecimento nacional e ausência de papel internacional amplamente – e a relação entre nacional e estatal, tal como suas diferenciações⁵. Ademais, o complexo regional de segurança ao qual a Rússia está inserida ainda

5. Para Buzan e Wæver (2003), “a Rússia não tem problemas de segurança interna na mesma medida, mas seu nível doméstico é, no entanto, importante para entender a segurança da região. Numa região centrada, os fatores que impulsionam a política externa do poder regional dominante são obviamente de especial importância”. Por estar centrada em uma região que em sua formação houve alguns conflitos, a Federação Russa, desde a dissolução da União Soviética, passa por frequentes conflitos externos regionais que influenciam na questão de segurança russa e, por conseguinte, no Complexo de Segurança Regional Pós-Soviético, tais como a Primeira Guerra na Chechênia (1994); a Guerra da Abecásia (1998); a Invasão do Daguestão (1999); a Segunda Guerra na Chechênia (2000); a Guerra Civil na Inguchétia (2007); a Guerra Russo-Georgiana (2008); a Insurgência no Cáucaso Norte (2009); e a Crise da Crimeia (2014).

é centrado em uma grande potência que um dia fora uma superpotência; sendo essa região cuja influência da superpotência hegemônica atual desempenha função menor se comparada com outras regiões – mesmo com a problemática do petróleo e após os ataques de 11 de setembro de 2001 (guerra ao terrorismo) centrado no Cáucaso e na Ásia Central (BUZAN; WÆVER, 2003).

Com a dissolução do Estado soviético, é possível analisar uma assimetria e desequilíbrio associativo das regiões que o cumpram ao manterem relações. A região do complexo de segurança russo pós-soviético é representada por meio de dois pilares estruturadores:

- a) uma constante modificação nos graus de estabelecimento dos relacionamentos com os Estados europeus e;
- b) as oscilações arraigadas na historicamente no Império russo (BUZAN; WÆVER, 2003). A defesa e busca por um firmamento próprio por meio do *soft power*; alargamento de sua determinação, principalmente na região dos Balcãs e do Cáucaso; política de rearmamento e fortalecimento de laços externos – preocupação com as regiões fronteiriças – cresce de maneira a criar um dualismo em que ora podem estar mais próximos do Ocidente ora em posição de não-alinhamento. Além disso, vale a sua busca por uma identidade russa em relação aos países anteriormente pertencentes à União Soviética, aos países da União Europeia e estreitamento de relações com os Estados asiáticos (BANDEIRA, 2009; RADVANYI, 2014).

Segundo Buzan; Wæver (2003), “o desenhar e redesenhar soviético de fronteiras soviéticas está na raiz de muitos conflitos no contemporâneo espaço pós-soviético”. Alguns Estados independentes no sistema internacional contemporâneo – como a Ucrânia, os Estados da região dos Balcãs, a Geórgia e a Armênia – representam “deslocamentos de marés” da política centrada praticada pela Rússia. Nesse sentido, uma constante em relação a esses países é em relação à nacionalidade. Após um longo período de construção de um nacionalismo soviético, com o fim da URSS, essa característica foi importante para esses Estados na construção de movimentos voltados ao cenário nacional e da própria constituição de seus Estados nacionais (BUZAN; WÆVER, 2003).

Desde o surgimento do plano de política de rearmamento, que expõe os seus interesses regionais, a Rússia possui, mais uma vez,

a OTAN como um entrave à soberania estatal. Em uma perspectiva em relação à crise na Crimeia, o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, declarou em janeiro de 2015 que o Estado russo estaria violando as áreas fronteiriças dos Estados vizinhos, inclusive da Ucrânia, violando assim o Direito Internacional (BANDEIRA, 2009; SECRETÁRIO-GERAL..., 2015).

A Rússia envolve-se em conflitos regionais aonde há a presença marcante das armas, principalmente em suas relações com países que já foram repúblicas soviéticas e que buscaram aproximação com a União Europeia e com a OTAN. Episódio como o da “guerra do gás”, ocorrida em 2009 envolvendo a Ucrânia, ocasionou a pior crise energética europeia já vista e exemplificou a recorrência do governo russo a sanções econômicas e alfandegárias aos que fossem contra às decisões tomadas. Com essas ações, cria-se uma tensão política entre os países atingidos pelas sanções russas e os países do ocidente que mantém relações com esses (o governo ucraniano, no caso analisado) (BANDEIRA, 2009; RADVANYI, 2014).

Além do caso do gás na Ucrânia, há a tensão em relação à Geórgia surgida em 2008, com o bombardeio promovido na Ossétia do Sul. Após receberem uma ofensiva georgiana, o exército russo tomou o controle do oeste da Geórgia e reconheceu a independência da Ossétia do Sul e da Abecásia, duas regiões separatistas. Isso ocasionou o rompimento do acordo de 1991 estabelecido em relação à Comunidade dos Estados Independentes (CEI) (RADVANYI, 2014).

Com a aproximação da Ucrânia e da Geórgia e, por conseguinte, a proposta desses dois Estados fazerem parte da OTAN em 2008 e negociação com Kiev para participarem, em 2013, da União Europeia, representa uma estratégia política tanto dos Estados Unidos como dos países europeus para elidir a influência e os interesses existentes por parte da Rússia em suas fronteiras, reavivando a fraqueza dessa em traçar e maximizar relações profícuas no espaço pós-soviético e com os ex-Estados integrantes da URSS (RADVANYI, 2014).

Como contrapeso às ações da Rússia, surge, em 1996, a co-operação militar entre Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão (participação iniciada apenas em 1999), Azerbaijão e Moldávia (acrônimo: GUUAM), na tentativa de um balanceamento da região, freando o caráter expansionista russo. As similaridades dos cinco países vão além da ansia por resistência, completando a coesão do grupo em temáticas como energia, integridade territorial e problemas pare-

cidos enfrentados por serem ex-repúblicas soviéticas. Essa formação é uma alternativa à CEI – uma disputa ocidental (Estados Unidos) existente com a Rússia por busca energética (gás e petróleo) e, conseqüentemente, o transporte desses na região. Porém, como todo grupo formado por diferentes Estados, GUUAM esbarra em dificuldades devido a interesses e necessidades nacionais diversos. Segundo Valasek (2000), os objetivos de GUUAM é buscar a institucionalização do grupo, caminhando para um ponto final divergente do que a Rússia se encontra atualmente: “cooperação militar dentro GUUAM serve como um trampolim para o objetivo final de estabelecer laços institucionais para poder realmente ingressar na OTAN”. Além disso, GUAAM recebe suporte da política estadunidense que deve se preocupar para não entrar em um empasse com a política russa nesse balanceamento e influência regional promovido pelos Estados integrados (VALASEK, 2000).

Conforme citado anteriormente, na presidência de Putin (primeiro mandato oficial, iniciado no ano de 2000), o foco da política de segurança russo foi baseado no combate ao terrorismo internacional. Por conseguinte, em 2001, durante o Fórum de Xangai, surge a Organização de Cooperação de Xangai Shanghai Cooperation Organization (SCO) com a presença da China, Tadjiquistão, Cazaquistão, Quirquístão, Uzbequistão e a própria Rússia. Com relação direta por meio dessa organização, a Rússia, além de se aproximar da Ásia Central com ações conjuntas, promoveu o separatismo, extremismo religioso, terrorismo e tráfico de drogas internacional de maneira correlacionada, valendo-se disso para atingir o fundamentalismo extremo como culpado da maioria dessas mazelas globais (BUZAN; WÆVER, 2003). Atualmente, a SCO lida com o Afeganistão (Ásia Central), Índia (Ásia Meridional), Irã (Oriente Médio), Mongólia (Ásia Central) e Paquistão (Sul da Ásia) como Estados observadores e possuem como parceiros de diálogos a Bielorrússia CEI, Turquia (Oriente Médio) e Sri Lanka (SHANGAI COOPERATION ORGANIZATION, 2015a).

Em uma análise de influência regional russa, com presença de variados polos de poder no sistema internacional, é notada a presença de Moscou em fóruns multilaterais, principalmente àqueles relacionados ao bloco dos países emergentes formadores dos BRICS. Em relação às outras potências regionais, conforme afirmado por Taís Sandrim Julião (2009, p. 9), “a Rússia ainda seria um ator relevante com ares de potência como a China, e não um país emergente como o Brasil, cujo perfil militar é relativamente baixo”.

A Rússia acredita no mundo multipolar, como já anunciou em reunião dos BRICS, e quer mostrar que voltou para a disputa de áreas de influência regionais, mesmo que possua políticas de caráter internacional. Numa era de unimultipolaridade, mesmo com os EUA encabeçando as principais ações políticas internacionais, a Rússia vem se mostrando um centro de poder e contestação (BANDEIRA, 2009, p. 36).

Antes de qualquer análise mais específica em relação aos desdobramentos dos BRICS, é necessário entender a organização particular desse grupo de países emergentes. É um fato a existência de lacunas em relação a uniformidade, padronização e formalização dos BRICS nos estudos das relações internacionais. Porém, o processo de globalização foi facilitador da integração entre Brasil, África do Sul, China, Rússia e Índia, estando esses Estados inseridos em um novo contexto de interação, a criarem cenários espaciais particulares no sistema global, com a introdução de uma nova interface para a compreensão do regionalismo mundial (MEENA, 2013).

Meena (2013) irá tratar em seus estudos a capacidade de o sistema internacional reforçar o conhecimento clássico sobre fronteiras e, conseqüentemente, espaços, tornando cada vez mais difícil introduzir uma nova perspectiva sobre as divisões territoriais dos países. Assim, diante deste problema, o autor descreve a definição de espaço por meio de uma interpretação menos limitada e tenta ligá-lo aos BRICS, escrevendo sobre a organização espacial através dos casos individuais dos países. Os países formadores dos BRICS “foram capazes de forjar um grupo baseado em certas características comuns” (MEENA, 2013, p. 578), a possibilitar a constituição de um grau de relacionamento entre os envolvidos em âmbito geopolítico e uma identificação entre esses por meio das semelhanças.

Na teoria, a atividade social será responsável pela definição do seu espaço próprio característico (HARVEY, 2005). Isto é, essas similaridades tornam os cinco países membros do grupo parecidos entre si em determinadas atividades e assuntos, auxiliando na constituição de seu próprio espaço, já que com isso notam-se diferentes dos demais – no caso, dos países do Ocidente. Embora exista essa diferença do que é considerado Ocidente, não chega a ser uma luta contra esse, apenas uma nova compensação aos poderes ali encontrados: “certamente um discurso de alerta ao Ocidente e de busca de vias alternativas” (BAUMANN, 2015, p. 24). Ademais, o posicionamento global dos BRICS é facilmente notado ao ver que a localização da Rússia, do Brasil, China, Índia e África do Sul tem

baixo grau de concentração, estando localizados em diversos pontos do planeta e na maioria dos continentes (América, Europa, África e Ásia) (MEENA, 2013).

Para além dos interesses centrais de influência regional de cada Estado em relação ao BRICS, a capacidade de formarem alianças para assuntos além dos econômicos passa a se tornar mais evidente de que “a estatística de número de artigos das Declarações aprovadas nas Cúpulas ilustra, o número de assuntos tratados no âmbito dos BRICS vem aumentando gradualmente ao longo do tempo”⁶ (BAUMANN, 2015, p. 28). A temática de segurança, por exemplo, é capaz de propiciar consequências geopolíticas globais e, desde muito cedo no bloco, são assinaladas discussões acerca desse assunto. A Rússia trouxe à tona o tema, já no primeiro encontro dos BRICS, uma Assembleia Geral ocorrida em 2008, com a presença dos ministros de relações exteriores. Posteriormente, por incentivo do Estado russo, no ano de 2009 em Moscou, foi realizada uma reunião com a presença de todos os representantes dos Estados com pauta voltada à segurança (MEENA, 2013; PANOVA, 2015).

A importância dos BRICS é assinalada dentro da política internacional notada a necessidade de entendimento da nova tendência encontrada no sistema internacional advinda da reforma mundial: a força das potências regionais. Além dos estudos já citados vindos de Buzan e Wæver (2003), nota-se que “poderes regionais são críticos, se não centrais, para entender a política internacional” (CLINE et al., 2011, p. 133 apud PANOVA, 2015, p. 55).

Direcionando os estudos para o propósito da pesquisa, por meio do prisma da política externa russa, o BRICS surge como uma possibilidade da Rússia alargar sua influência regional e, consequentemente, global. Esse argumento surge ao passo que, mesmo havendo uma dispersão territorial entre os membros do grupo, a capacidade desses países em exercerem influência individualmente, ao ser concentrada em interesses mútuos, é capaz de asseverar o

6. Temos as seguintes Declarações dos Líderes e Planos de Ação, segundo o Ministério das Relações Exteriores (2017): Declaração originada na I Cúpula (2009), realizada em Ecaterimburgo, Rússia; Declaração original da II Cúpula (2010), realizada em Brasília, Brasil; Declaração e Plano de Ação de Sanya, emanada da III Cúpula (2011), realizada em Sanya, China; Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi, criada na IV Cúpula (2012), em Nova Delhi, Índia; Declaração e Plano de Ação de eThekweni promovida durante a V Cúpula (2013), em Durban, África do Sul; Declaração e Plano de Ação de Fortaleza, advinda da VI Cúpula (2014) em Fortaleza, Brasil; Declaração de Ufá e Plano de Ação de Ufá, realizados na VII Cúpula (2015), em Ufá, Rússia; e, por fim, a Declaração de Goa surgida da VIII Cúpula (2016), em Goa, Índia.

posicionamento unificado na comunidade internacional. Com isso, ao ter seu reconhecimento por meio da liderança regional, como potência, a Rússia torna-se capaz de volver dos BRICS uma oportunidade de tonificação do objetivo de ampliar e refazer-se uma potência de abrangente influência no sistema internacional.

A discussão que surge em relação ao pertencimento da Rússia é justamente se essa seria uma potência emergente. Países emergentes, segundo definição encontrada em Macfarlane (2006), se caracterizam pela ânsia de posicionamento global, influência regional e a capacidade de contestar a potência hegemônica – atualmente a hegemonia estadunidense –, demonstrando também um desconforto com a estruturação formalizada do sistema internacional. A “emergência” da Rússia poderia não estar no mesmo momento das demais potências do bloco, visto o histórico desse Estado, porém suas características que fazem com que ele incorpore o grupo do BRICS não podem ser interpoladas (PANOVA, 2015).

A Rússia não pode ser considerada uma potência emergente, segundo Buzan e Wæver (2003), pelo fato de não ser uma potência que está fortalecendo seu poder paulatinamente, em uma constante transformação de seu Estado, buscando firmação nas atividades da política internacional. Para mais, esses autores afirmam que a Rússia é uma grande potência nos dias de hoje pelo fato de, no passado, ter sido uma superpotência e ter tido seu declínio com o fim da bipolaridade, força crescente da hegemonia dos Estados Unidos e a dissolução da União Soviética, tendo esse último fato acarretado sérios problemas, como dificuldades políticas e econômicas. “A Rússia é mais propriamente vista como um Estado que recentemente experienciou um perigo substancial e tentando parar de sangrar” (MACFARLANE, 2006, p. 43).

Nesse sentido, a justificativa da política externa russa no contexto de integração seria o de maximizar interesses nacionais, organizando forças capazes de serem um contraponto na balança de poder mundial dominada pelos Estados Unidos. A história da Rússia também se torna fundamental, percebida a participação da União Soviética no período de Guerra Fria. Ao ser findada, a URSS levou o novo Estado surgido ali a problemas militares, econômicos e políticos sérios que enfraqueceram toda a sua estrutura estatal, havendo a necessidade de integração com demais países para fortalecer-se – esse fato sendo de grande influência para sua participação em negociações internacionais, principalmente em relação com

o Ocidente, e sua adesão aos BRICS. Nos dias de hoje, a Rússia é o país com maior participação no bloco do BRICS e também o com maior força: além dos problemas enfrentados atualmente na política brasileira, a China passa pelo risco de ter alterações negativas na sua taxa de crescimento e a Índia possui um histórico de pressões para ser retirada do bloco (MACFARLANE, 2006; PANOVA, 2015).

Por meio de uma “diplomacia em rede” (ROBERTS, 2010), a abrangência de relações promovida pelos BRICS permite, pouco a pouco, a suavização das dificuldades de trato que separavam países do Norte e do Sul, bem como os do Oriente e do Ocidente, acabando por envolver a Rússia e sua política externa nesses embates. A Rússia busca construir relações mais fortes no sentido Norte-Sul e, pelo advento do grupo, também promover atividades de integração, estabilidade e segurança, tais como, respectivamente: a promoção de relações mundiais policêntricas, fortificação de relações com organizações internacionais – tais como a ONU, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), OCS, entre outras –, da mesma maneira que o fortalecimento dos BRICS por meio de cooperações em organizações de caráter mundial ou regional e o enrobustecimento das relações de outros países em desenvolvimento com o bloco; controle dos conflitos, estabilidade e segurança das regiões em que estão inseridos, como também global; e por fim, unirem os cinco países na busca de garantir a segurança internacional, combatendo o terrorismo, na promoção das estratégias globais e o papel fundamental da ONU nesse assunto, também incluindo a segurança informacional, evitando o *cyber-terrorismo* e *cyber-crimes* (PANOVA, 2015).

No âmbito da ONU, dos cinco países que compõe os BRICS, a Rússia e a China possuem cadeiras permanentes e veto no Conselho de Segurança, enquanto Brasil, África do Sul e Índia buscam fortemente representatividade, almejando serem corpos permanentes e assim, uma reforma no escopo da organização. A Rússia posiciona-se em relação a isso de modo a adequar-se às exigências da dinâmica atual do mundo, cobrando maior eficiência e maior peso nas Nações Unidas, para que estejam preparados na eclosão de problemas, agindo e resolvendo-os. (PANOVA, 2015).

Há a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, incluindo seu Conselho de Segurança, com vista a torná-la mais eficaz, eficiente e representativo para que possa lidar com os desafios globais de hoje com mais sucesso. China e Rússia reiteram a importância

que atribuem ao status de Brasil, Índia e África do Sul nos assuntos internacionais e apoiar a sua aspiração de desempenhar um papel na Grande ONU (PANOVA, 2015, p. 70 apud BRASIL, 2012).

Dentro das discussões do grupo em relação à segurança e a doutrina de defesa nacional dos países dos BRICS, é comum para todos a focagem nas transformações geopolíticas no século XXI. As Estratégias Nacionais de Defesa (END) são importantes para a análise de política internacional, pois criam projeções dos países para o que poderão enfrentar, preparando-os para essa problemática, além de interferirem direta e/ou indiretamente no comportamento dos Estados em suas tomadas de decisões e escolhas de estratégias nos mais variados assuntos, principalmente, os ligados à segurança. As ENDs também ajudam a inferir no estabelecimento de relações com o atual *hegemon*, os Estados Unidos (BERTONHA, 2013).

Não espanta, assim, que, enquanto a relação dos EUA com a Rússia pareça caminhar para a desconfiança, a com a Índia para a aliança e com a China para o antagonismo, a de Washington com Brasília caminha cada vez mais para a acomodação. Russos e chineses parecer ter por objetivo excluir os EUA das suas áreas de influência, enquanto a Índia procura manter os EUA engajados na sua região. O Brasil quer autonomia e predomínio na sua região, mas sem excluir a convivência com os EUA. Diferenças que indicam não apenas posturas diferentes frente à potência hegemônica, mas suas próprias visões estratégicas frente ao futuro (BERTONHA, 2013, p. 126-127).

A Rússia (limitarei à análise do Livros Brancos de 2008 e de 2010 do Brasil e da Rússia, respectivamente, tendo noção, entretanto, da publicação brasileira de 2012), firmada militarmente, busca um aumento de seu aparato militar, com foco na especialização e avanços tecnológicos, preocupando-se mais com a qualidade do que com a quantidade, na tentativa de estar preparada para enfrentar possíveis rivais em tensões, igualmente guerras que possam eclodir no cenário internacional durante o século XXI. Sob essa perspectiva, a tentativa é de que, até 2020, se obtenha uma força militar russa pequena, mas com função efetiva de dissuasão; Marinha com predisposição de projetar poder para além das fronteiras da Ásia e da Europa, conjuntamente com a preparação, concomitante com o Exército e as unidades de ambos, para qualquer guerra contemporânea. Os anseios estão para além da expansão das fronteiras da Eurásia, o Estado russo busca o retorno a sua área de influência global (BERTONHA, 2013).

No caso brasileiro, a END é construída de maneira mais interna e regional do que a da Rússia, que ambiciona ultrapassar as fronteiras mundiais. A preocupação do Brasil rodeia vigiar as fronteiras da Amazônia e a defender o seu mar territorial. Em razão de sua localização territorial, o Brasil tem uma posição passiva dentro do sistema internacional por consequência da vantagem de não se envolver em conflitos com seus vizinhos – também proporcionadores de um entorno sem agitações –, tendo boa relação com esses e a capacidade de liderança regional – mesmo tendo uma trajetória de sentir-se à deriva em meio a inúmeros países de herança hispânica. Além do mais, o Brasil diferencia-se dos demais países participantes do BRICS por possuir estabilidade interna: sem guerras civis, embates religiosos, combates étnicos ou tribais e, embora a estrutura política e econômica doméstica passando por problemas, as instituições nacionais possuem solidez. Mesmo assim, o Brasil propõe aumentar seu aparato militar, expandindo seu orçamento nos anos de 2003 e 2010, o que pode pressupor um empenho em atingir a hegemonia militar da região (BERTONHA, 2013).

Ao encaminhar para a temática de segurança, a relação entre o Brasil e a Rússia, na questão nuclear, encontra-se, de certa forma, em um impasse. A Rússia, signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), contrapõe-se à ideia de abandono total das armas nucleares pelos Estados, sendo que não estaria a fim de se desfazer de seu arsenal nuclear, já que esse seria um dos seus “trunfos do poder” (RAFFESTIN, 1993) para contrabalançar a balança de poder mundial (podendo atingir a estabilidade internacional e até mesmo a paz no sistema internacional, conforme análise neorealista de Kenneth N. Waltz), expandindo seus domínios de poder e exercendo o seu poder de Estado. O Brasil acredita no desarmamento nuclear como a saída para maior segurança, adicionado a posicionamentos de não-proliferação e uso pacífico das energias nucleares. Em contrapartida, o Estado brasileiro acredita que o processo acertado no TNP é assimétrico, reafirmando a superioridade nuclear de alguns países já possuidores de materiais em relação aos outros, dificultando o desenvolvimento de novas tecnologias por parte desses (JANUÁRIO, 2016; PANOVA, 2015).

Embora o Brasil tenha aderido ao TNP, esse descontentamento com uma ordem internacional injusta não desapareceu e pode ser encontrada na questão do desarmamento. Nesse sentido, há a perspectiva de que a pressão para assegurar que dispositivos

nucleares bélicos não serão utilizados não deve se restringir ao impedimento que outros países desenvolvam a bomba atômica. Pelo contrário, os compromissos maiores devem ser feitos pelas potências nucleares e isso se dá em termos de redução até eliminação dos arsenais, ou seja, do desarmamento. Há então a argumentação que só assim haveria a impossibilidade de utilização dessas armas (JANUÁRIO, 2016).

O posicionamento brasileiro é de assinalar o desinteresse das potências nucleares em promoverem um desarmamento efetivo, além do posicionamento muitas vezes tomado por essas em relação a não-proliferação – algo que não tem a beneficiar efetivamente os países sem grandes desenvolvimentos tecnológicos. Mesmo não acreditando no desarmamento total, o Brasil tenta sempre posicionar de modo a mostrar seus ideais sobre a temática. A Rússia já apresenta certa redução em seus armamentos nucleares ao longo dos anos, buscando sempre está articulada de modo a outras potências nucleares reduzirem ou desarmarem-se, como o incentivo ao Paquistão, a Israel e à Índia para que aderirem ao TNP (JANUÁRIO, 2016; PANOVA, 2015).

Partindo agora de uma análise das relações internacionais e da política internacional mais baseada na economia, atualmente, todos os cinco países que integram o BRICS são pertencentes ao grupo do G-20, formado pelos maiores sistemas econômicos e financeiros mundiais (Argentina, África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Turquia, Reino Unido, Rússia e a União Europeia). Para mais, embora a Rússia e o Brasil dependam da exportação de commodities, essas duas economias e as demais do BRICS têm histórico de grau de investimento, ou seja, possuem uma confiabilidade em relação ao pagamento de dívidas e baixa chance de promoverem prejuízos às outras partes em seus negócios (BAUMANN, 2015).

À vista disso, uma análise mais focada nas relações entre o Brasil e a Rússia no contexto econômico dos BRICS pode ser executada. Juntamente com a África do Sul, a Rússia participa de maneira efetiva nas importações com o Brasil, sendo o segundo maior importador de produtos brasileiros do bloco, devido a diversidade de produtos oferecidos e negociados (BAUMANN, 2015).

Ao que se pode dizer de investimentos bilaterais, a relação Brasil-Rússia é bastante diferenciada. Sobre os investimentos diretos no âmbito dos BRICS, no primeiro semestre de 2013, por parte

da Rússia, o Brasil foi menor destino de aplicações entre os demais países: US\$117 milhões de US\$12.365 milhões no total. O Brasil destinou, no mesmo período, mais da metade dos investimentos diretos totais (US\$2.628 milhões) para a China (US\$1.613 milhões) e, posteriormente, para a Rússia (US\$528 milhões) – quantidade bem inferior e mais próximo dos esforços tidos com a Índia (US\$462 milhões), em terceiro lugar do ranking. Outrossim, nota-se que as empresas brasileiras visam o investirem em países vizinhos, reparado o fluxo de dinheiro remetido – US\$ 2.628 milhões brasileiros de US\$88.220 milhões totais (BAUMANN, 2015).

A Rússia e o Brasil são “absorvedores líquidos de investimentos diretos dos demais BRICS” (BAUMANN, 2015, p. 51). No caso do Brasil, tendo um grandioso recebimento de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e um baixo valor de colaboração. A Rússia, por sua vez, recebe muito IED e promove menos do que recebe, tendo um resultado líquido negativo também. De maneira geral, por meio dessa análise do IED, é inferido que os países do BRICS possuem investimentos bilaterais pautados no *resource-seeking* (DUNNING, 1988), com o intuito de explorarem recursos naturais. Em relação ao Brasil, as empresas russas buscam investirem em óleo, carvão e gás natural; e as empresas brasileiras buscam na Rússia automóveis, fumo e alimentos (BAUMANN, 2015).

Outro ponto comum entre Brasil e Rússia é o da estagnação e contração econômica desses países, respectivamente. Segundo Dawson (2016), o criador do acrônimo BRIC, Jim O’Neil acredita no crescimento contínuo das economias da Índia e da China, porém é pessimista em relação ao futuro brasileiro e russo: “Eu teria vontade de chamar o grupo de ‘IC’ e, se nos próximos três anos as coisas permanecerem iguais ao ano passado para o Brasil e a Rússia, é possível que eu faça isso em 2019!”. Isso ocorre pelos escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás, como também a crise política e econômica instalada no Brasil nos últimos anos e as sanções econômicas sofridas pela Rússia devido à crise da Ucrânia. Ao contrário da Índia e da China, esses dois países não estão passando por mudanças dinâmicas na economia que possibilitem um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), tendo como consequência uma maior participação na economia mundial (DAWSON, 2016).

Conclui-se que mesmo dividindo a balança de poder do sistema internacional com os Estados Unidos durante a Guerra Fria, a Rússia, após esse ocorrido histórico mundial e o desmantelamento

da União Soviética (e a crise do socialismo), busca fortemente se estabelecer de maneira coesa regionalmente, buscando o estabelecimento de relações fortes com Estados que estejam na sua mesma situação de potência regional. Outrossim, por meio de um posicionamento forte em suas decisões e aplicação de sanções, empenha-se em reunir estratégias em suas áreas fronteiriças.

Em relação aos BRICS, mesmo sem ter formalizações teóricas, constantes mudanças devido às políticas domésticas dos cinco países e muita descrença na união de Estados com historicidades distintas e variadas, a cooperação entre esses tem mais a trazer benefícios do que desvantagens. Brasil, Rússia, China, Índia e Rússia agora representam a cooperação de países que buscam firmamento no sistema internacional e traçarem tendências mundiais políticas e econômicas por meio de seus aspectos comuns. Conforme mostrado por Panova (2015, p. 73), “os cinco já trouxeram esse ‘vento de mudança’ para a frente e é um processo irreversível, apesar de ainda não ser claro por quanto tempo e quão doloroso e desastroso esse processo será”.

No comparativo proposto inicialmente entre as atividades de política internacional e externa desenvolvidas pela Rússia e pelo Brasil, nota-se que existem alguns pontos de consonância e temas do interesse de ambos que se relacionam, valendo-se da proximidade estabelecida pelo BRICS para estabelecerem laços de cooperação, porém as diferenças estão mais acentuadas. Por consequência das dinâmicas diferentes dos dois Estados, o russo busca, por conta de seu passado como uma superpotência juntamente com os Estados Unidos, a ampliação da sua influência mundial e um maior poder de barganha no jogo político internacional, por meio de uma liderança regional, mas sem reformulações severas em suas políticas domésticas. Em contrapartida, o Brasil busca sua firmação no sistema internacional por meio de sua política externa, buscando alianças e firmamentos de cooperações para encorpar sua diplomacia, tornando-a, primeiro, mais presente na região em que está localizado para posteriormente sair da passividade, ambicionando maior promoção de atividades e um protagonismo internacional.

Referências

- BANDEIRA, Heloíza Feltrin. A Rússia em sua nova escalada global. **Boletim Meridiano** 47, São Paulo, v. 37, n. 105, p.34-36, abr. 2009.
- BAUMANN, Renato. BRICS: oportunidade e desafio para a inserção internacional do Brasil. In: GUSMÃO, Fundação Alexandre. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília: Funag, 2015. p. 350. (Coleção Relações Internacionais).
- BERTONHA, João Fábio. A estratégia nacional de defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n.2, p. 112-130, 2013.
- BLANK, Stephen. **Russian military politics and Russia's 2010 defense doctrine**. Carlisle (PA): Strategic Studies Institute, US Army War College, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS: acordos**. Brasília: MER, 2016. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/acordos>. Acesso em: 12 maio 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS: declarações dos líderes e planos de ação**. Brasília: MER, 2017. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/declaracoes-planos-de-acao-e-comunicados/lideresmenu>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. IV Cúpula: declaração e plano de ação de Nova Delhi. Nova Delhi, 2012. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 598 p. (Cambridge Studies in International Relations).
- CHINA'S national defense in 2010. Beijing: English.news.cn, 2011.
- DAWSON, Simon. **Com estagnação do Brasil e contração da Rússia, Brics corre o risco de se tornar 'IC', diz Jim O'Neill**. **O Globo**, 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/com-estagnacao-do-brasil-contracao-da-russia-brics-corre-risco-de-se-tornar-ic-diz-jim-oneill-15010916>>. Acesso em: 24 jun. 2016.
- DUNNING, John H. Trade location of economic activity and the multinational enterprise: a search for an eclectic approach. In: DUNNING, John H. **Explaining International Production**. Londres: Unwin Hyman, 1988.
- FERNÁNDEZ, Rodrigo. A Rússia se volta contra EUA e OTAN em sua nova doutrina militar. **El País**, Moscou, 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/26/internacional/1419586305_075579.html>. Acesso em: 03 jan. 2016.

FREIRE, Maria Raquel. **A Rússia de Putin**: vectores estruturantes de política externa. Coimbra: Edições Almedina: Ces, 2011. (Série Cosmopolis).

FREIRE, Maria Raquel. Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações. Novos olhares sobre o espaço pós-soviético. **E-cadernos ces**, 19, 2013. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1554>;DOI:10.4000/eces.1554>. Acesso em: 15 nov. 2015.

HARVEY, D. The sociological and geographical imaginations. **International Journal of Political and Cultural Sociology**, v. 18, n. 1, p. 211-255, 2005.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. [S.l.]: IMF, 2015. Disponível em: <<http://imf.org>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

JANUÁRIO, Luiza Elena. **O Brasil e a questão do desarmamento nuclear**. [S.l.]: Eris Guedes, 2016. Disponível em: <http://www.erisgedes.org/?fb_comment_id=973655432683881_973667712682653#!O-Brasil-e-a-questão-do-desarmamento-nuclear/c7a5/571014f70cf20ee5e3c3e8e3>. Acesso em: 20 abr. 2016.

JULIÃO, Taís Sandrim. Rússia e as estratégias de um país emergente. **Boletim Meridiano 47**, São Paulo, v. 10, n. 108, p.8-10, 14 jul. 2009. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org/2009/07/14/russia-e-as-estrategias-de-um-pais-emergente-por-tais-sandrim-julia/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

MACFARLANE, S. Neil. The “R” in BRICs: is Russia an emerging power? **International Affairs**, v. 82, n.1, p. 41-57, 2006.

MEENA, Krishnendra. BRICS: an explanation in critical geography. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 565-593, jul./dez. 2013.

PANOVA, Victoria V. Rússia nos BRICS: visão e interpretação prática: semelhanças e diferenças: coordenação dos BRICS dentro das estruturas e Instituições Multilaterais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p.47-80, jan. 2015.

PETROVSKIY, Pavel F. Nova doutrina militar da Rússia. **Nação e Defesa**, v. 4, n. 125, p. 209-214, primavera 2010.

QUADROS, Bruno Quadros e. **A nova doutrina militar da Rússia**: mais do mesmo? Curitiba: Opera Mundi, 2010. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/17015/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

RADVANYI, Jean. Moscou, entre demonstrações de força e influências sutis: voltar-se para Ásia para contrabalançar a hostilidade ocidental. **Le Monde, Diplomatie Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1640>>. Acesso em: 20 out. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROBERTS, C. Polity Forum: Challengers or Stakeholders? BRICS and the Liberal World Order. **Polity**, v. 42, n. 1, jan. 2010.

RUSSOBRAS. Federação da Rússia. **População**: características gerais e estatísticas. Moscou, 2016. Disponível em: <<http://russobras.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SHANGAI COOPERATION ORGANIZATION. **Brief introduction to the Shanghai Cooperation Organisation**. [S.l.]: SECTSCO, 2015a. Disponível em: <<http://www.sectSCO.org/EN123/brief.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION. **Shanghai Cooperation Organization Website**. [S.I.]: SECTSCO, 2015b. Disponível em: <<http://www.sectSCO.org/EN123/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SECRETÁRIO-GERAL da OTAN acusa Rússia de violar fronteiras de países vizinhos. Moscou: Sputnik News, 2015. Disponível em: <http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/news/2015_01_31/Secret-rio-geral-da-OTAN-acusa-Russia-de-violar-fronteiras-de-pa-ses-vizinhos-3254/>. Acesso em: 23 out. 2015.

VALASEK, Tomas. Military cooperation between Georgia, Ukraine, Uzbekistan, Azerbaijan, and Moldova in the GUUAM Framework. **Policy Brief**, Caspian Studies Program, Dez. 2000.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1979. p. 25.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar? **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.46, n.1, p. 153-181, 2003.

Recebido em: 16/01/2017

Aprovado em: 25/02/2017